

RODOVIAS Governo e concessionária assinam TAC para BR-163/MT ► **p3**

RIO Portos movimentam 40 milhões de toneladas de janeiro a agosto ► **p6**

SANTOS Antaq disponibiliza documentos para desestatização do porto ► **p7**

Porto de Suape retoma autonomia administrativa

Operação do cais e contratos de arrendamentos voltam para a gestão da Autoridade Portuária do complexo pernambucano ► **p4**



EDITORIAL

Autonomia retomada

FOTO
Rafa Medeiros/
Complexo de Suape

O Porto de Suape (PE), um dos principais complexos marítimos da Região Nordeste, oficializou ontem a retomada de sua autonomia administrativa. A medida foi consolidada com a publicação, nessa segunda-feira, dos extratos de convênios firmados entre órgãos do Governo Federal, o Complexo Industrial e Portuário de Suape e o Governo de Pernambuco, que o administra. Foram esses convênios que garantiram a recuperação dos poderes administrativos do porto.

Na prática, a política portuária e o planejamento do setor seguem como prerrogativas do Governo Federal. Mas os processos licitatórios para arrendamento de áreas e o estabelecimento de tarifas passam para a autoridade portuária. Com a mudança, a expectativa é garantir uma maior celeridade aos processos de exploração de áreas do complexo marítimo, “tornando Suape um porto ainda mais competitivo para atrair empresas e novas cargas”, destacou o governador Paulo Câmara.

O diretor-presidente de Suape, Roberto Gusmão, complementa que o porto também poderá aprovar expansões e adensamentos de áreas, reequilíbrios contratuais e prorrogações antecipadas de contratos.

Desde 2013, com a sanção da Lei 12.815, a Lei dos Portos, vários poderes administrativos das administrações portuárias foram centralizadas no Governo Federal, especificamente na Agência Nacional de Transportes Aquaviários. É o caso, por exemplo, da realização de arrendamentos de áreas. Mas, em 2018, o Ministério da Infraestrutura instituiu uma portaria para reverter esse cenário. Mas a retomada da autonomia passou a depender do desempenho administrativo e financeiro dessas empresas portuárias. Suape conseguiu ter a qualidade de sua gestão reconhecida e, assim, a recuperação foi consolidada.

É um marco importante para Suape, que consegue corrigir uma medida até hoje considerada polêmica pela comunidade portuária, inclusive por agentes públicos. Nem todos concordam com a necessidade de centralizar decisões sobre o cotidiano nos portos em Brasília, especialmente quando o Governo Federal não conta com pessoal suficiente para atender essa demanda. Mas, por outro lado, alguns complexos apresentam problemas administrativos críticos

Neste cenário, a retomada das autonomia administrativa dos portos é um processo que deve ser estudado com cautela pelo Governo Federal, mas sem esquecer que a centralização acaba sendo uma resposta administrativa míope. Afinal, quem melhor conhece os problemas de cada complexo marítimo é a sua comunidade e as respostas mais céleres são, em sua grande maioria, as apresentadas pelas autoridades locais.

Que os portos se desenvolvam administrativamente, demonstrem a maturidade administrativa necessária e conte com o apoio do Governo Federal para isso. E assim retome sua autonomia, ue é o melhor caminho para o desenvolvimento do setor e da própria economia brasileira.

NESTA EDIÇÃO



- ▲ **CAPA**
- 4** Porto de Suape oficializa retomada da autonomia administrativa

- HUB**
- 3** Antaq disponibiliza documentação do processo de desestatização de Itajaí

- NACIONAL**
- 3** Governo e nova concessionária assinam hoje TAC para BR-163/MT

- REGIÃO NORDESTE**
- 5** Equipamentos que farão dragagem do Porto de Cabedelo chegam neste mês

Porto do Recife inaugura projeto para atrair visitação de público em geral

- REGIÃO SUL**
- 6** Indústria de fertilizantes é inaugurada em São Francisco do Sul

- REGIÃO SUDESTE**
- 6** Portos do RJ movimentam 40 milhões de toneladas de janeiro a agosto

- 7** Antaq disponibiliza documentos para desestatização do Porto de Santos



Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

www.portalbenews.com.br

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Marcio Delfim

Diretora Administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor de Redação
Leopoldo Figueiredo

Editor
Alexandre Fernandes

Equipe de reportagem
Bárbara Farias, Vanessa Pimentel
e Tales Silveira

Design Gráfico
Mônica Mathias

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR
Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para **atendimento@portalbenews.com.br**

INSCREVA-SE
Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em **www.portalbenews.com.br**

PUBLICIDADE
Maurício Almeida | (11) 995540-4282
mauricio.almeida@portalbenews.com.br

Margrethe Wallau | (11) 99786-1655
megwallau@portalbenews.com.br

HUB
LEOPOLDO FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

Itajaí 1
A documentação que integra o processo de desestatização do Porto de Itajaí (SC) - e que já está sendo analisada pelo Tribunal de Contas da União, para aprovação do procedimento - foi disponibilizada ao público pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A medida foi anunciada pelo órgão regulador no final da tarde de ontem. Os interessados podem ler ou fazer o download dos arquivos no próprio site da Antaq, no endereço <https://bit.ly/3e1mOiS> ou no <https://nuvem.antaq.gov.br/index.php/s/LtI4mUCmP69N16z>.

Itajaí 2
O complexo catarinense foi um dos primeiros selecionados pelo Governo Federal para integrar seu processo de desestatização portuária. Segundo o Ministério da Infraestrutura (Minfra), com a concessão, que deve ocorrer ainda neste ano, o futuro gestor poderá administrar o porto e ainda operar contêineres, prestando serviços diretamente a embarcadores, importadores e exportadores. Mas o administrador deverá investir R\$ 2,9 bilhões ao longo da vigência do contrato - 35 anos, prorrogável até 70 anos, a critério do Minfra - para modernizar a infraestrutura portuária.

Itajaí 3
O valor estimado do contrato de concessão do porto, considerando as receitas tarifárias e não-tarifárias e o prazo de validade, é de R\$ 7,8 bilhões. O valor mínimo de outorga para participar do leilão de desestatização é de R\$ 603 milhões.

Experiência internacional
A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) se reuniu com a Agência Brasileira de Exportações e Investimentos (Apex) na semana passada, em Brasília, para debater como desenvolver o transporte ferroviário nacional por meio do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), buscando atrair capital estrangeiro para esses projetos. Diante da demanda da ANTT, a Apex destacou a importância de aprimorar e consolidar o Marco Legal das Ferrovias, que permite a construção e a exploração de uma ferrovia a partir de um processo de autorização, sem a necessidade de uma licitação para a concessão do ativo.

Governo e nova concessionária assinam TAC para a BR-163/MT

MT-PAR irá assumir concessão assinada em 2014 com a CRO e investirá R\$ 1,2 bilhão em obras na rodovia



A trecho sob concessão da BR-163/MT compreende 850,9 km de rodovia ao longo de 19 municípios do estado de Mato Grosso

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br

O Ministério da Infraestrutura, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Concessionária Rota do Oeste (CRO), do grupo Odebrecht, assinam hoje o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para a BR 163/MT. A proposta prevê a transferência de controle acionário para a MT Participações e Projetos SA (MT-PAR).
A medida foi construída de forma conjunta entre o Ministério da Infraestrutura e o governo do Mato Grosso para que, de forma mais rápida e eficiente, haja retomada nos investimentos na BR-163/MT, importante corredor logístico e principal meio de escoamento da produção de grãos e leguminosas do Centro-Oeste.
Desde o ano passado o governo vem buscando uma solução rápida para a BR-163, uma vez que a CRO, ingressou

com pedido de devolução amigável do trecho, em dezembro, alegando dificuldades financeiras em cumprir com os investimentos previstos no contrato, que totalizavam R\$5,5 bilhões.
O trecho da BR-163/MT sob responsabilidade da CRO compreende 850,9 km de rodovia ao longo de 19 municípios, cuja população representa quase a metade do estado do Mato Grosso. Além disso, essa rodovia é importante via de escoamento da produção de soja, milho e algodão, commodities que colocam Mato Grosso entre os maiores exportadores brasileiros.
Vale lembrar que desde 2014, quando o acordo foi firmado, a CRO deveria duplicar mais da metade dos 800 km da BR 163/MT. Entretanto, apenas 120 km de duplicação foram executados. O não cumprimento do contrato passou a ser apontado como a principal

causa de mortes registradas na rodovia.
Na última quarta-feira, o TAC foi aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Entre os principais pontos, a MT-PAR, que será a nova controladora da concessão, se comprometeu a investir R\$ 1,2 bilhão em obras para a melhorar a trafegabilidade da BR-163/MT.
Desse valor, R\$ 300 milhões já estão no caixa da empresa estadual, enquanto o restante dos valores será repassado pelo Estado, segundo previsão orçamentária. A nova concessionária deverá manter

os valores atuais das tarifas, além de acertar as dívidas da CRO, sem qualquer desconto ao valor dos investimentos.
Radar Concessão
AANTT inicia nesta sexta-feira o Radar Concessão, uma série de encontros presenciais voltados para a troca de informações entre a agência e o setor regulado. Segundo a autarquia, o objetivo é aprimorar a transparência, a eficiência e a uniformidade das informações repassadas aos agentes do mercado e, ao mesmo tempo, receber contribuições do setor à ANTT, visando à melhoria da qualidade da regulação.



A BR-163/MT é importante via de escoamento da produção de soja, milho e algodão

REGIÃO NORDESTE

Porto de Suape oficializa retomada da autonomia administrativa

Na prática, a operação do cais e os contratos de arrendamentos voltam para a gestão da Autoridade Portuária

Rafa Medeiros/Complexo de Suape



A autonomia foi possível devido a conquista do Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (Igap), que atesta a excelência na gestão do porto

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

O Governo de Pernambuco anunciou ontem a retomada da autonomia administrativa do Porto de Suape. A confirmação se deu após publicação da medida pelo Ministério da Infraestrutura no Diário Oficial da União. No documento estão definidas as atribuições delegadas ao Estado e o que cabe ao Governo Federal.

A política portuária e o planejamento do setor ficam a cargo do Governo Federal, enquanto a operação de cais e píeres, além de contratos de arrendamentos e estabelecimento de tarifas, voltam para a gestão da Autoridade Portuária.

“A autonomia vai dar mais celeridade aos processos, tornando Suape um porto ainda mais competitivo para atrair empresas e novas cargas, com impacto direto na economia do Estado e na geração de emprego e renda para o povo pernambucano”, assegurou o governador Paulo Câmara.

A iniciativa consente que Suape retome a competência

A INICIATIVA PERMITE QUE SUAPE RETOME A COMPETÊNCIA PARA A CONDUÇÃO DE ESTUDOS, ELABORAÇÃO DE EDITAIS, REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E A CELEBRAÇÃO DOS CONTRATOS RELATIVOS AOS ARRENDAMENTOS PORTUÁRIOS COM MAIS AGILIDADE

para a condução de estudos, elaboração de editais, realização dos procedimentos licitatórios e a celebração dos contratos relativos aos arrendamentos portuários com mais agilidade.

“O complexo também passará a ser responsável pela aprovação das expansões e adensamento de áreas, além de prorrogações antecipadas

de contratos em vigência e reequilíbrios contratuais”, pontua o diretor-presidente da estatal portuária, Roberto Gusmão.

Segundo o diretor de Planejamento e Gestão de Suape, Francisco Martins, o processo de retomada da gestão se arrastava há algum tempo e a conclusão dele foi possível devido à conquista do Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (Igap), que atesta a excelência na gestão do porto.

“Tudo isso se soma a outras boas notícias que vêm sendo divulgadas e continuarão a ser veiculadas sobre Suape, em virtude de uma gestão estratégica bem definida”, enfatiza Martins.

Entenda o processo

A lei 12.815, de 5 de junho de 2013, chamada de Lei dos Portos, transferiu para o âmbito federal a responsabilidade das licitações portuárias, tirando a autonomia dos atracadouros públicos brasileiros, como Suape.

Antes dessa lei, cabia à administração do porto a realização dos processos de concessão, mas a nova legislação transferiu essa competência para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), conforme as diretrizes de-

finidas pelo Poder Concedente (atualmente o Ministério de Infraestrutura).

A centralização de todas as decisões e procedimentos sobre as concessões e arrendamentos das áreas portuárias nos órgãos federais prejudicou os portos públicos, segundo as autoridades portuárias, principalmente devido à lentidão com que os processos são tratados. Para se ter uma ideia, de 2013 a 2016, nenhum processo licitatório foi realizado em Suape.

Em março de 2017, o Ministério dos Transportes criou um grupo de trabalho para definir procedimentos para a delegação de competências aos portos organizados. Os atracadouros apresentaram, em novembro do mesmo ano, proposta para critérios de enquadramento dos portos aptos para receberem a autonomia, envolvendo critérios financeiros, de transparência, observância de normas da Antaq, entre outros.

Tal proposta foi liderada pelos portos de Suape, São Sebastião, Santos, Itaquí e Paranaguá. O GT concluiu os trabalhos em dezembro de 2017.

Em 2018, o então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e hoje Ministério

de Infraestrutura instituiu a Portaria 574/2018 para regulamentar uma disposição contida no § 5º do art. 6º da Lei 12.815/2013, que permite a transferência de elaboração do edital e a realização dos procedimentos licitatórios à administração do porto, delegado ou não.

Foi criado então o Igap, dispondo que, a partir de patamares de indicadores condensados a serem atingidos pelas autoridades portuárias e a partir de alguns requisitos indispensáveis, seria permitida a delegação das competências para licitar, contratar e fiscalizar contratos àquelas gestões portuárias.

Em junho de 2022, o Porto de Suape alcançou a segunda posição no ranking do Índice de Gestão da Autoridade Portuária, divulgado pela Antaq, com nota 9. O resultado é fruto de uma gestão de excelência na condução das atividades portuárias.

Em 2021, já havia atingido nota 8, suficiente para a devolução da autonomia, porém o ato não foi realizado. No mesmo ano, as negociações foram retomadas e o porto, que completará 44 anos em novembro próximo, reconquistou sua autonomia.

REGIÃO NORDESTE

Equipamentos que farão dragagem do Porto de Cabedelo chegam neste mês

O primeiro a chegar será uma draga Kenford autotransportadora, no próximo dia 13

Divulgação/Docas PB

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

Os equipamentos necessários para o início da dragagem do Porto de Cabedelo, na Paraíba, já estão a caminho do complexo. O primeiro deles, uma draga Kenford autotransportadora, tem previsão de chegada para o dia 13. O restante — entre dragas, balsas, batedores de carga e nivelador de fundo — também estão previstos para os próximos dias.

Segundo Bonfilho Martins, assessor de planejamento da Companhia Docas da Paraíba, assim que as máquinas chegarem, passarão por um procedimento de autorização de uso, realizado pela Marinha do Brasil. Após essa etapa, começa de fato o trabalho de aprofundamento dos acessos aquaviários do Porto de Cabedelo.

A dragagem será realizada no canal de acesso e na bacia de evolução do porto paraibano, o que ampliará a capacidade de movimentação de cargas em até 57%. Em relação à pro-



A dragagem será realizada no canal de acesso e na bacia de evolução do porto paraibano, o que ampliará a capacidade de movimentação de cargas em até 57%

fundidade, o canal de acesso passará a ter 11 metros, frente aos 9,14 metros atuais; E a bacia de manobra (área de manobra dos navios no interior da área do complexo) terá 300 metros de largura.

A obra vai permitir que o Porto de Cabedelo receba navios com maior tonelagem de cargas, ampliando o seu potencial competitivo e a arrecadação para a economia paraibana. Assim que os trabalhos começarem, devem ser concluídos em quatro meses.

A dragagem é uma das principais obras de investimento em execução no complexo e seu contrato foi celebrado em março deste ano, com a assinatura do governador João Azevêdo.

O serviço, orçado em R\$83,27 milhões e custeado com recursos do governo estadual, será de responsabilidade da empresa DTA Engenharia LTDA, que venceu o pleito realizado em 7 de março deste ano.

As expectativas do Porto

de Cabedelo com a dragagem também incluem a geração de novos empregos. Neste sentido, a estimativa é de que até 672 novas vagas de trabalho sejam criadas.

CRESCIMENTO
O Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) da dragagem estimou um crescimento de 10% ao ano até 2031, o que representa um montante de R\$ 1,6 milhão/ano.

Hoje, o Porto de Cabedelo

HOJE, O PORTO DE CABEDELLO RECEBE NAVIOS COM ATÉ 35 MIL TONELADAS EMBARCADAS. COM A DRAGAGEM, O COMPLEXO PASSARÁ A RECEBER NAVIOS COM ATÉ 55 MIL TONELADAS DE CARGAS

recebe navios com até 210 metros de comprimento e 40 metros de largura, mas com limitação de tonelagem: até 35 mil toneladas embarcadas. Com a dragagem, o porto passará a receber navios com até 55 mil toneladas de cargas.

Esse aumento resultará numa diminuição de custos logísticos, ampliará a movimentação operacional de cargas já consolidadas e apresentará o porto paraibano com mais viabilidade para receber novas cargas de insumos e produtos, como arroz, cevada, cargas containerizadas e veículos.

Porto do Recife inaugura projeto para atrair visitação de público em geral

Iniciativa “Por dentro do Porto” visa aproximar população do equipamento e destacar a importância dele para o estado

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

O projeto “Por dentro do Porto”, que tem como objetivo aproximar a população do Porto de Recife (PE) e destacar a importância dele para o estado de Pernambuco, inaugurou uma nova etapa, abre os “portões” do complexo ao público em geral. A iniciativa já existia, mas até então apenas instituições de ensino podiam agendar visitas guiadas ao espaço. Agora, qualquer pessoa interessada em conhecer o funcionamento do ancoradouro será bem-vinda. Os passeios são gratuitos.

PARA INTERESSADOS EM REALIZAR VISITAS À ÁREA PORTUÁRIA, BASTA PREENCHER UM CADASTRO NO SITE DO PORTO, QUE PEDE DADOS COMO NOME COMPLETO E CPF

Na última sexta-feira ocorreu a primeira visita nesta modalidade, que contou com funcionários de um escritório de importação que atua na cidade. Durante o passeio pelo complexo, eles receberam informações de como são feitas as operações e o contexto histórico do Porto do Recife, desde a

sua fundação até a relevância econômica atual para Pernambuco.

Para interessados em realizar visitas à área portuária, basta preencher um cadastro no site do porto, que pede dados como nome completo e CPF. Para que a data seja agendada, é preciso formar um grupo com pelo menos 10 pessoas, e que se realize o transporte por van ou ônibus no traslado até o cais. Não são permitidos carros de passeio.

O engenheiro civil Denaldo Coelho foi o guia da primeira visita na nova modalidade e destacou que a partir da funda-

ção do Porto de Suape, também em Pernambuco, o Porto do Recife ficou um pouco “esquecido”. Segundo ele, há pessoas que acreditam até que o ancoradouro está desativado, por isso, mostrar as atividades que acontecem por ali são de extrema valia e reconhecimento.

Durante o passeio, ele explicou que Recife é uma metrópole hoje devido ao impulso dado pelas atividades portuárias, iniciadas em 1918. O guia citou ainda os principais produtos importados por ali, como açúcar, barrilha, cevada e fertilizantes.

Divulgação



A iniciativa já existia, mas até então apenas instituições de ensino podiam agendar visitas guiadas à área portuária

REGIÃO SUL

Indústria de fertilizantes é inaugurada em São Francisco do Sul

Nova unidade duplicará a produção destinada ao agronegócio e favorecerá as atividades de importação e exportação do porto

Divulgação/Fecoagro

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

A Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina (Fecoagro) inaugurou a sua mais nova indústria de fertilizantes, na última sexta-feira, em São Francisco do Sul, no norte de Santa Catarina. A unidade está instalada em uma retroárea próxima ao porto.

Segundo a Fecoagro, a nova misturadora terá tecnologia de última geração, duplicando a capacidade de produção de fertilizantes de 60 para 120 toneladas por hora. Ao todo, foram investidos R\$ 27 milhões nas instalações, com recursos do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

O presidente da Fecoagro, Arno Pandolfo, ressaltou que a unidade industrial beneficiará diretamente o produtor agrícola com maior oferta de fertilizantes para as suas lavouras e melhores preços no mercado. “Somos balizadores desse preço no estado e no país. Sem a Fecoagro, o produtor teria de comprar em outra indústria”, disse Pandolfo.

O insumo é indispensável aos produtores do agronegócio do Estado. Em 2021, o valor de produção agro-pe-



A capacidade de produção de fertilizantes aumentará de 60 para 120 toneladas por hora na nova indústria

cuária de Santa Catarina registrou o recorde de R\$ 55,8 bilhões, 36,4% a mais do que no ano anterior. Para a federação, os números reforçam a importância do agronegócio no Estado, sendo responsável por 30% do PIB (Produto Interno Bruto) catarinense e 70% das exportações.

O presidente do Porto de São Francisco do Sul, Vladimir Fay, pontuou que “todos esses fertilizantes chegam pelo porto. Então, é fundamental que a gente tenha maior retroárea para armazenar e fazer a mistura, fazendo com que chegue mais rapidamente às propriedades catarinenses que produzem nossos alimentos e ao mesmo tempo nossos grãos que são exportados”.

O BRDE já apoiou outros projetos no Porto de São Francisco do Sul, totalizando R\$ 50 milhões. “O agro é um dos principais pilares econômicos do nosso Estado. É uma cadeia de boas notícias que um empreendimento desses gera”, comentou o superintendente do BRDE, Marcone Souza Melo.

Para o secretário estadual de Agricultura, Ricardo Miotto, “os fertilizantes são estratégicos para que a produtividade seja maximizada. Como Santa Catarina é pequena, precisamos investir em tecnologia. Esse investimento vai refletir em mais rentabilidade ao homem do campo”.

“É o avanço do agronegócio e o Governo do Estado tem de estar junto provendo essa

infraestrutura, seja logística, de assistência técnica através da Epagri, sanidade animal e vegetal por meio da Cidasc”, complementou Miotto.

Emprego

A nova unidade da Fecoagro gerou 180 empregos diretos. “É a maior empresa de fertilizante de Santa Catarina e temos a felicidade de estar instalada em nossa cidade, até pela facilidade logística por causa do porto”, salientou o prefeito de São Francisco do Sul, Godofredo Gomes Moreira.

Investimentos em infraestrutura de acesso

Na ocasião, o governador de Santa Catarina em exercício, Moacir Sopesla, anunciou a re-

“
TODOS ESSES
FERTILIZANTES
CHEGAM PELO
PORTO. ENTÃO, É
FUNDAMENTAL QUE
A GENTE TENHA
MAIOR RETROÁREA
PARA ARMAZENAR E
FAZER A MISTURA,
FAZENDO COM QUE
CHEGUE MAIS
RAPIDAMENTE ÀS
PROPRIEDADES
CATARINENSES QUE
PRODUZEM NOSSOS
ALIMENTOS E AO
MESMO TEMPO
NOSSOS GRÃOS QUE
SÃO EXPORTADOS”

VLADIMIR FAY

presidente do Porto de São

novação do convênio com a Fecoagro para o Programa Troca-Troca para 2023. Além disso, assinou protocolo de intenções para o repasse de R\$ 3,5 milhões à construção de uma passarela na BR-280, em frente à fábrica da Fecoagro. As obras serão executadas pela Prefeitura. Sopesla também deu ordem de serviço para a duplicação de rodovia estadual em Chapecó, que beneficiará o acesso à nova indústria de soja da Cooperalfa.

REGIÃO SUDESTE

Portos do RJ movimentam 40 milhões de toneladas de janeiro a agosto

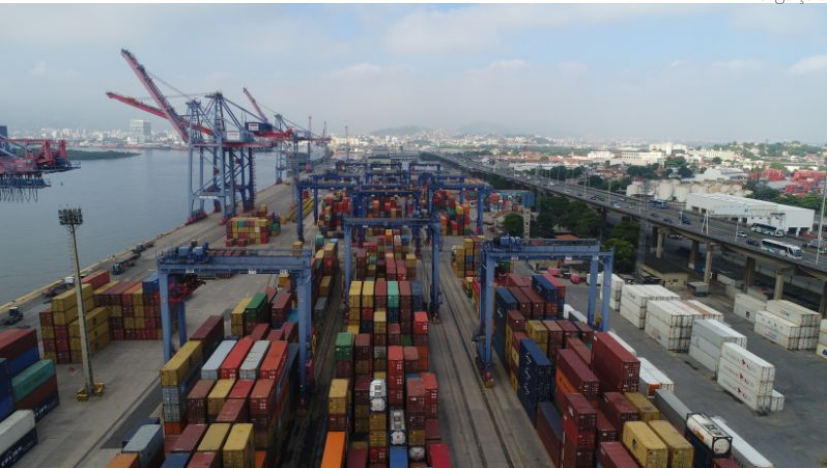
Faturamento da Autoridade Portuária neste período totalizou R\$ 562 milhões

Divulgação

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

Os portos administrados pela Companhia Docas do Rio de Janeiro movimentaram juntos 40 milhões de toneladas entre janeiro e agosto deste ano. São eles: Rio de Janeiro, Itajaí, Niterói e Angra dos Reis. O faturamento da Autoridade Portuária no período foi de R\$ 562 milhões.

Somente no mês de agosto as operações totalizaram



5,6 milhões de toneladas, perfazendo o terceiro maior volume do ano. Com isso, houve recuperação da movimentação de cargas no segundo quadri-

mestre, segundo a Companhia Docas.

O Porto do Rio de Janeiro contribuiu para os resultados positivos movimentando 6,8

O Porto do Rio de Janeiro movimentou 6,8 milhões de toneladas no acumulado do ano, com um aumento de 21,5% na movimentação de carga containerizada

milhões de toneladas no acumulado do ano, 12,2% a mais em comparação ao volume de carga registrado no mesmo período de 2021. O quadro foi influenciado, principalmente, pela alta de 21,5% na movimentação de carga containerizada. Entre janeiro e agosto, foram movimentados 360.276 TEU no complexo portuário fluminense, o que corresponde a um crescimento de 22,9% na

comparação com o mesmo período do ano passado.

Faturamento

Em agosto, o faturamento da Autoridade Portuária foi de R\$65,7 milhões, o terceiro maior do ano, em termos nominais.

Já no acumulado de janeiro a agosto, a receita totalizou R\$ 562 milhões. Também nos primeiros oito meses deste ano, o Porto do Rio de Janeiro faturou um total de R\$ 147,2 milhões que, em termos nominais, representa um aumento de 10,3% em relação ao

REGIÃO SUDESTE

Antaq disponibiliza documentos para desestatização do Porto de Santos

Material é o mesmo que foi enviado ao TCU no último dia 23

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) disponibilizou o acesso para os documentos técnicos relativos à desestatização e concessão da Autoridade Portuária de Santos (Santos Port Authority) que foram enviados ao Tribunal de Contas da União (TCU).

A proposta de desestatização começou a tramitar na corte no último dia 23. A previsão é que o empreendimento receba cerca de R\$ 20,3 bilhões em investimentos, entre despesas de operação, novas obras e outros R\$ 4,2 bilhões para construção de execução de um túnel submerso que ligará Santos à cidade de Gua-



Divulgação/SPA

O tempo de contrato da concessão da Autoridade Portuária de Santos será de 35 anos com possibilidade de renovação por mais cinco

O edital também limita a participação dos operadores portuários. A primeira proposta é de que terminais e operadores possam participar do leilão para a desestatização do complexo marítimo formando consórcios podendo ter somente 5% de controle acionário e, coletivamente, esses agentes vão poder chegar a 100% da entidade. Ou seja, será possível que um mínimo de 20 operadores se una e forme um consórcio para disputar o leilão e, vencendo, assuma a administração do cais santista.

A outra proposta, que é a original do ministério, estipula que os operadores possam ter uma participação individual de 15% e em conjunto, 40%.

rujá. O tempo de contrato será de 35 anos com possibilidade de renovação por mais cinco.

Para o leilão, de critério “Maior Valor de Outorga” – montante que quem vence o leilão ou licitação paga para ter o contrato de concessão – a

Antaq estipulou em pouco mais de R\$ 3 bilhões de valor mínimo de arrematação.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos (PDZ), até 2040, há uma perspectiva de crescimento de

quase 50% na capacidade total do porto e de 58% na demanda atendida, em relação à 2020. Estima-se ainda um aumento na movimentação de 45 Mton para 86 Mton no modal ferroviário e de 73,3 Mton para 101 Mton, para o mesmo período.



19 e 20 de outubro
Brasília - DF

BRASIL EXPORT
FÓRUM NACIONAL DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA

Em destaque:

III ENAPH - Encontro Nacional de Autoridades Portuárias e Hidroviárias (parceria com a ABEPH)

Prêmios Rodovias+Brasil e Ferrovias+Brasil (parceria com a SNTT - Secretaria Nacional de Transportes Terrestres)

TRANSMISSÃO ONLINE E GRATUITA

PATROCÍNIO











REALIZAÇÃO

BRASIL EXPORT
FÓRUM NACIONAL DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA